



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-ESCOLAR E CRECHE DO PORTO MONIZ
N.º do Código do Estabelecimento de Ensino 3106 / 201

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE TABLETS EDUCATIVOS

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece as condições de empréstimo de *tablets* educativos aos alunos pela Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz

Artigo 2.º

Definição

Por *tablet* educativo, adiante designado apenas por *tablet*, entende-se um dispositivo portátil, pessoal, com o qual é possível aceder à internet, dotado de ecrã sensível ao toque, que contém diversas licenças de manuais digitais e outras do tipo 'Escola Virtual', aplicativos protetores contra usos indevidos, bem como os respetivos acessórios, incluindo capa, caneta digital e carregador eletrónico.

Artigo 3.º

Empréstimo

O tablet é cedido, a título de empréstimo.

Artigo 4.º

Duração do empréstimo

1-O empréstimo cobre um ano letivo.

Artigo 5.º

Responsabilidade da escola

O empréstimo do tablet é da responsabilidade da Escola, que promove a utilização do mesmo para finalidades educativas.

Artigo 6.º

Termo de Responsabilidade

O empréstimo do tablet ao aluno fica dependente da assinatura pelo Encarregado de Educação do Termo de Responsabilidade anexo a este Regulamento.

Artigo 7.º
Uso do tablet

O tablet destina-se a ser usado pelo aluno, dentro e fora da escola, nos períodos letivos e não letivos, de acordo com as instruções gerais deste Regulamento e conforme as indicações dos seus professores.

Artigo 8.º
Capa Protetora

É obrigatória a utilização da capa fornecida com o tablet, por forma a garantir a sua conservação e proteção.

Artigo 9.º
Guarda

O aluno fica responsável pela guarda do tablet, sendo seu dever evitar danos ou extravio do mesmo.

Artigo 10.º
Proibição

É proibido aceder ou armazenar conteúdo impróprio, de natureza ilegal ou antiética, publicar quaisquer imagens, fotos ou vídeos envolvendo colegas, professores, funcionários, encarregados de educação e familiares, bem como não respeitar as especificações do fabricante do equipamento, sendo vedada qualquer alteração na estrutura física ou nos softwares do sistema operacional dos mesmos.

Artigo 11.º
Devolução

Em caso de saída deste estabelecimento de ensino, o Encarregado de Educação assegura que o seu educando procede à devolução de todo o equipamento nas devidas condições, sob pena de ficar sujeito às normas do Regulamento Interno da Escola e/ou às penalidades estabelecidas no Estatuto do Aluno e Ética Escolar da Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 21/2013/M, de 25 de junho de 2013), sem prejuízo da competente participação policial.

Artigo 12.º
Avaria

Em caso de avaria, o tablet é devolvido imediatamente à Escola, que procederá à avaliação da natureza da mesma e decidirá as condições de utilização de novo equipamento pelo aluno em causa.

Artigo 13.º
Extravio

Em caso de extravio do tablet, o Encarregado de Educação fica obrigado à respetiva participação imediata às entidades policiais ou judiciais competentes, fazendo prova da mesma na Escola.

Artigo 14.º
Pedido de substituição

A substituição do tablet pode ser solicitada pelo Encarregado de Educação, cabendo à Escola, após análise das razões apresentadas, decidir a substituição e determinar de novas condições de utilização do mesmo.

Artigo 15.º

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Escola, no âmbito das suas competências, se for caso disso, após parecer dos serviços competentes da Secretaria Regional de Educação.

Artigo 16.º

Entrega dos equipamentos

No final do ano letivo deverão ser entregues as capas de proteção, canetas e carregadores em bom estado de funcionamento.

A não entrega de qualquer um dos objetos anteriores, ou em mau estado implicará a substituição do mesmo pelo Encarregado de Educação sob pena de não receber o item no ano seguinte.

Qualquer software de controlo parental deverá estar desativado.

Qualquer proteção para entrada no sistema do tablet deverá estar desativada (senha, pin, etc.)

Artigo 17.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento produz efeitos imediatos.

Parecer Positivo do Conselho Pedagógico a 15 de julho de 2022

A Presidente do Conselho Pedagógico

Maria Rita da Silva Mendonça

Aprovado pelo Conselho da Comunidade Educativa a 21 de julho de 2022

A Presidente de Comunidade Educativa

Paula Susana Bôto Rodrigues